



NAMÍBIA - MARXISMO OU DEMOCRACIA ÉTNICA ?

Therezinha de Castro

O território da Namíbia, banhado pelo Atlântico-Sul, está compreendido entre os rios Cunêne e Orange, entre Angola no norte e a República da África do Sul no setor meridional. A Zâmbia e Botswana completam-lhe, em linhas artificiais, a longa fronteira do interior; fronteira que dentro do enfoque geopolítico se constitui num mero expediente da História, sobretudo na cunha que se insere entre a Zâmbia e Botswana, formada pela faixa de Caprivi*, com 450 km de extensão e largura variando dos 30 aos 60 km. (Mapa 1)

Um planalto cobre a maior extensão do território em cujo centro se encontra Windhoek, a capital, numa altitude de 1.675 metros.

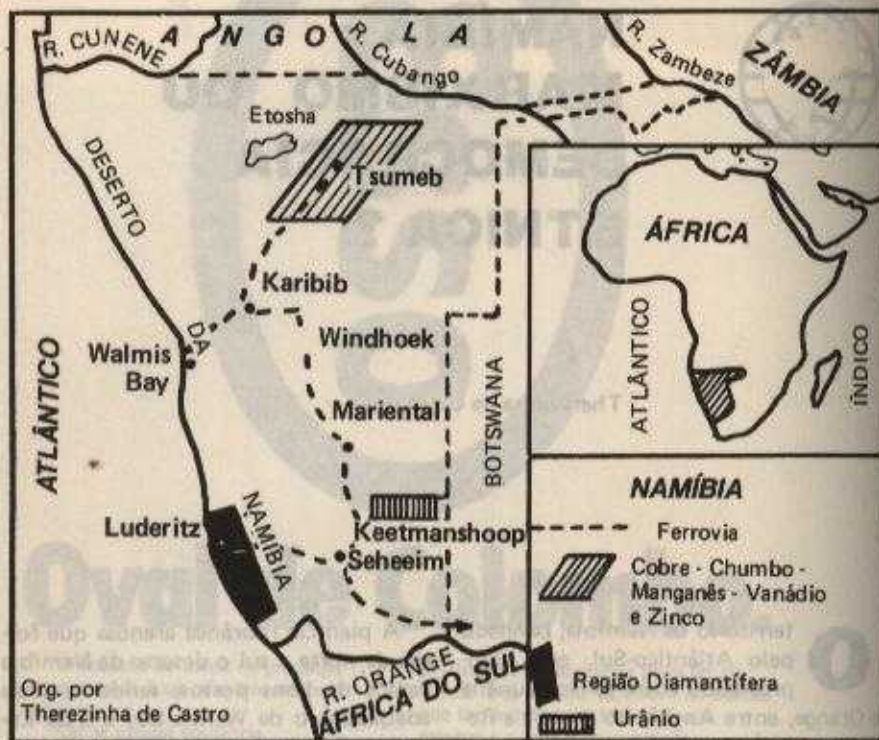
* Homenagem ao Ministro que em 1880 substituiu a Bismarck, que ao convocar o Congresso de Berlim conseguiu que a África fosse partilhada politicamente.

A planície litorânea arenosa que forma de norte a sul o deserto da Namíbia carece de bons portos, sendo os mais adequados o de Walwis Bay e o de Luderitz. O litoral que se estende para o sul de Walwis Bay, é formado por paisagem de dunas, atingindo normalmente 600 km de comprimento por 100 km de largura; e é justamente nessas dunas que se perdem alguns rios, oriundos do planalto, que não conseguem assim atingir o mar.

Observa-se que, em seu conjunto, o território namíbio apresenta climas que pouco variam do árido ao semi-árido, embora as chuvas estivais se apresentem num crescendo do sul para o norte.

Enquanto no norte a paila de Etosha foi represada para servir à zona mineira, no sul as regiões diamantíferas e uraníferas se encontram intercaladas pelos canions de afluentes do Orange.

Pelo posicionamento geoeconômico, partem de Walwis Bay e Luderitz os tri-



lhos das ferrovias que servem à Namíbia, completando-se em Karibib e Seeheim no interior, ponto em que a via norte-sul leva toda a região de Tsumed para a República da África do Sul.

Zona de Fricção

Com uma superfície de 824.292 km², correspondendo aos territórios de nossos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e S. Paulo juntos (825.357 km²), a atual Namíbia pertenceu, desde o Congresso de Berlim (1884-85) até 1915, à Alemanha, na categoria de colônia, sob o nome de Sudoeste Africano.

Vencida a Alemanha na Primeira Guerra Mundial, o território foi entregue pela Liga das Nações à Inglaterra para que, sob forma de mandato, fosse administrado. Mandato que naturalmente ficou sob a responsabilidade da então União Sul-Africana, por ter um exército daí, sob o comando do General Jan Christian Smuts, invadido a colônia alemã ao eclodir o conflito. Ao conceder o mandato, a Liga das Nações optou pelo da Classe C, pois, em função do primitivismo em que se encontrava o território, este passaria a ser governado como parte integral do poder mandatário.

Fundada em 1945, a ONU em sua Carta proclamou que os países adminis-

tradores de territórios não autônomos deveriam encaminhá-los, progressivamente, para a independência.

Em 1956 a Assembléia Geral da ONU declarou extinto o mandato sobre o Sudoeste Africano, mas a África do Sul recusou-se a acatar tal ordem alegando não reconhecer na ONU a legítima sucessora de extinta liga das Nações.

Diante do fato, em 1960 a Etiópia e a Libéria recorriam à Corte Internacional de Justiça para que este Órgão obrigasse a África do Sul a cumprir com os deveres resultantes da Carta da ONU. Durante quase cinco anos o problema foi aí debatido, chegando-se à conclusão de que os dois países africanos que recorreram não tinham qualidade para pleitear a condenação da África do Sul.

Tal ocorrência não impediu, porém, que a Assembléia Geral da ONU e o Conselho de Segurança continuassem a forçar o processo de independência do território, que em 1968 passava a chamar-se Namíbia. A mudança de nome servia para caracterizar a ilegalidade da união com a República da África do Sul. E, no momento em que se criavam na ONU uma Comissão Permanente e um Instituto para a Namíbia, iniciava-se, em outubro de 1966, oficialmente, a guerra de independência liderada pelos guerrilheiros da Organização do Povo da Ovambolândia, que desde 1959 se vinha organizando.

Essa organização guerrilheira, transformada na SWAPO (1960) que em inglês forma a sigla — Organização do Povo da África do Sudoeste, dirigida por Sam Nujoma, é formada por maioria de ovambos, sendo reconhecida pela ONU como representante de toda a nação.

Com a independência de Angola, os guerrilheiros da SWAPO armados pelos russos e dirigidos pelos cubanos, se ins-

talam no sul do território angolano. Iniciam-se, então, a partir de 1975, as violações territoriais. Mas foi em maio de 1978 que se realizou o maior ataque contra Angola; na realidade um ataque aerotransportado contra Cassinga, 120 km dentro do território angolano e quartel-general avançado da SWAPO.

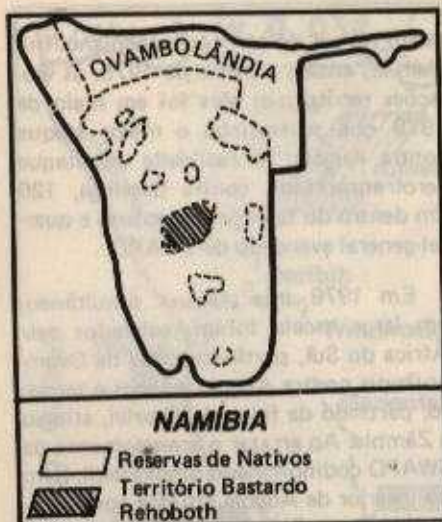
Em 1979 três ataques simultâneos em larga escala foram realizados pela África do Sul, partindo todos da Ovambolândia contra Angola; apenas o terceiro, partindo da faixa de Caprivi, atingiu a Zâmbia. Ao arrazar o acampamento da SWAPO codinominado Smokeshell, bem no interior de Angola, foi essa considerada a maior ação sul-africana desde a Segunda Guerra Mundial; ação que só teve similar na ocorrida em agosto-setembro de 1981.

Mosaico Racial

Ao governo dos 15% de brancos descendentes de afrikaners e alemães, se opõem os ovambos, a metade dos 750.000 negros que vivem na Namíbia nas chamadas reservas de nativos. (Mapa 2).

Os negros ou bantus são representados por tribos variadas entre as quais além dos ovambos, se destacam os demaras, os hereros, os namas, os hotentotes e os boshimanos. Estes últimos, mais mongolóides do que negróides, com sua pele amarelo-acinzentada, ou mais apropriadamente acobreada, os cabelos mais crespos que encarapinhados, a tradicional dobra mongólica.

Em meio às 10 reservas de nativos há também o Território Bastardo Rehoboth, onde vivem os rehoboths, mestiços da tribo negra dos namas com os brancos.



A esse divisionismo geopolítico que se assemelha ao mapa da África do Sul com seus enclaves e batusthans, se impõem na Namíbia os dialetos tribais, ao lado do afrikaan e do inglês as duas línguas oficiais, muito embora seja o alemão também muito usado.

Observa-se que na Namíbia a sociedade tradicional apesar da introdução da técnica moderna, não sofreu grandes transformações; e, se essas ocorreram, foram mais nos principais centros urbanos, visto que as reservas ou áreas tribais permaneceram praticamente inalteradas. Nessas condições, o tribalismo é tão forte na Namíbia como em qualquer parte da África; ou talvez até mais forte.

No entanto, como são poucas as figuras notáveis nessas reservas, o "nacionalismo" em si, sendo liderado por Sam Nujoma, tem, na realidade, apenas um forte adversário, coincidentemente um outro ovambo — o Pastor luterano Cornelius Njoba, que dirige o governo tribal da Ovambolândia.

Portanto, é bastante difícil de se acreditar que os "nacionalistas" ovambos, marxistas, defensores de uma "sociedade

de sem classes", dirigida por um "governo do povo", possa vir a ter sucesso num país que se torne independente dentro da dependência tribal ligada à agricultura de subsistência.

Em contrapartida, preconizando uma "democracia étnica", a República da África do Sul só concorda com a independência da Namíbia se for afastado o predomínio da SWAPO, que representa, na realidade, os ovambos, e não cada autoridade tradicional das várias reservas nativas. Isto porque, segundo afirma a África do Sul, os vários grupos étnicos da Namíbia, reunidos pelo governo de Pretória em 1975, na Conferência de Turnhalle, em Windhoek, concordaram em alcançar a independência de maneira unitária.

O governo de Pretória faz questão de afirmar que a "democracia étnica" é um fato geohistórico na Namíbia. Não foi a República da África do Sul que criou as reservas; ao administrar o território que recebeu dos alemães já as encontrou e tratou então de respeitá-las a terra, a identidade, os costumes, as aspirações, as tradições e os dialetos das várias tribos.

Por outro lado, essa independência só será aceita pela República Sul-Africana ante a manutenção, pelo governo de Pretória, do enclave de Walvis Bay; enclave que foi sempre britânico e, portanto, jamais esteve integrado à Namíbia. Embora a 7 de setembro de 1977 a ONU tenha condenado essa pretensão por destruir a unidade territorial da Namíbia, não se reportou a Gibraltar que a Espanha não se cansa de reclamar.

Relações Internacionais

O acordo que o governo sul-africano aceitou em 26 de abril de 1978 e a ONU

em 27 de junho do mesmo ano, estipula no parágrafo 8A a "cessação de todos os atos hostis para todos os partidos e a limitação à base das forças armadas da África do Sul e da SWAPO".

Não sendo respeitado o parágrafo, em 1979, por sugestão de Kurt Waldheim, Secretário Geral da ONU, pretendeu-se criar uma zona-tampão em área de 50 km ao longo da fronteira Angola-Namíbia. Muito embora a idéia tenha sido aceita pelo governo de Luanda, não agradou à Rússia, a Sam Nujoma, nem tampouco à República da África do Sul.

Para Angola-a medida seria bem cômoda, visto que implicaria na redução do efetivo, ou até mesmo no regresso das tropas cubanas para Cuba; visto que a ida desses soldados para a África foi para defender o território angolano quer do secessionismo local representado pela UNITA de Jonas Savimbi, quer das incursões sul-africanas. Assim, uma vez cortadas as ligações da UNITA com a África do Sul, que a alimenta, seria mais fácil manter a unidade de Angola; levando, por outro lado os guerrilheiros da SWAPO a abandonarem a sul de Angola e passarem a realizar seus planos e ações dentro da própria Namíbia.

Já para a Rússia, o desagradável seria perder essa base africana representada pelo território de Angola, ponto estratégico de opressão ao governo sul-africano via Namíbia. Fato que deixaria também o exército guerrilheiro bem mais exposto ao poderio militar da África do Sul.

Sabendo-se que as jogadas de Havana estão intimamente ligadas às ambições de Moscou, não é difícil compreender o interesse soviético nessa zona de fricção da África. A independência da Namíbia com a SWAPO no governo representaria a implantação de mais um governo marxista dependente na área; com pequeno

custo e pouco risco, porém patentemente vantajoso para a Rússia, que dentro da Doutrina Gorshkov de facilidades navais, teria sua posição geoestratégica reforçada.

Dentro do contexto, no âmbito das Relações Internacionais, o Brasil nunca deixou de apoiar a independência da Namíbia. Assim, em 1978, quando a Comissão Permanente da ONU para a Namíbia visitou Brasília, o Itamaraty reafirmou nossa posição chegando mesmo a contribuir monetariamente para a causa. No entanto, não quis manter entendimentos diretos com a SWAPO, já reconhecida pela ONU.

Em 1980 o Brasil tratou de se definir internacionalmente quanto ao Pacto Sul-Sul. Daí o Chanceler Saraiva Guerreiro, no discurso de abertura da XXXV Assembléia Geral da ONU (1980) haver condenado formalmente a política apartheidista da África do Sul, bem como as incursões armadas a território angolano, reconhecendo a SWAPO como representante única do povo da Namíbia.

A posição estratégica da Namíbia em face do Atlântico-Sul e da própria segurança da rota do Cabo é, sem dúvida, o dado mais importante para que os Estados Unidos tenham vetado em 31 de agosto de 1981 as sanções contra a África do Sul, impostas pela ONU ante a nova invasão de território angolano para desalojar os guerrilheiros da SWAPO.

A SWAPO é vista hoje pelo governo Reagan como uma organização guerrilheira concebida em estado de pecado comunista, com a finalidade de subordinar a Namíbia à Rússia. Assim, nessa zona de atrito da África, a geopolítica passa a ser tão importante quanto a geoestratégia. E, se a rota marítima do Cabo da Boa Esperança, coberta pelo litoral da Namíbia, passagem necessária

de aproximadamente 70% dos materiais estratégicos necessários aos países da OTAN, vier a ser bloqueada, o mundo poderá ser verticalmente cortado ao meio, mesmo que o canal de Suez não seja fechado. Só este fato reflete a importância da Namíbia para a África do Sul, bem como para as nações em confronto no continente africano.

Conclusão

Conseguindo sua independência, sem qualquer sentido de nacionalidade e sem liderança para um governo maduro, a Namíbia terá que viver, na prática, na dependência externa dentro do neocolonialismo. Assim conclui Nora Chase, ex-membro da SWAPO, que não importa no que os líderes e guerrilheiros acreditem, "uma vez que no poder, estarão em débito com aqueles que os ajudaram, os soviéticos e os cubanos, e esses não os deixarão esquecer-se disso. De qualquer modo eles precisarão da ajuda externa

para sobreviver. Onde irão procurar a não ser em Moscou?"

Eis, pois, as premissas para o difícil nascimento de um país onde a produção agrícola caiu em 25% em 4 anos, e as riquezas minerais representam 2/3 das exportações; e quando os preços internacionais dos diamantes, do urânio e do cobre caem, aumenta o desemprego entre os negros, aumento que em 1981 atingiu a 35%. Por outro lado, as prósperas cidades mineiras vêm sendo quase que desativadas, numa evidência constrangedora de que a riqueza do subsolo se esgota.

Planejando-se a independência para a Namíbia, não são nada animadoras as realidades econômicas, nem pelo menos tentadoras as realidades políticas; concluindo-se, pois que o problema da Namíbia, sobretudo depois da independência de Angola, Moçambique e do Zimbábue, se transformou num ponto de honra para os países da "linha de frente" em oposição ao governo branco de Pretória.

cessidade de enquadrá-lo no contexto das relações internacionais.

Conseqüentemente, buscaremos de início estabelecer uma visão ampla da realidade mundial, na qual se insere a África; em seguida, passaremos ao comportamento do Continente Africano, como um todo, em face dos grandes cismas que dividem a humanidade; e, finalmente, chegaremos à África Austral e Ocidental, aqui definida pelos países da costa atlântica ao sul do Saara e mais Moçambique, Zâmbia, Rodésia e Botswana.

Como resultado dessa análise, tentaremos estabelecer o objetivo que, nos parece, deve orientar nossa atuação em relação àquela parte da África, e esboçaremos uma estratégia para atingir aquele fim.

CONFLITOS DA ATUALIDADE

Generalidades — Apesar de todo o esforço, os maiores ideais do homem, a paz mundial e uma humanidade justa e fraterna, ainda não foram alcançados.

A falta de uma autoridade internacional reconhecida pelos povos e a ausência de um corpo de leis aceito por todos têm permitido que os interesses dos Estados predominem sobre o que seria justo, beneficiando particularmente os mais fortes. Daí, serem os conflitos muito mais comuns que a cooperação nas relações internacionais de todos os tempos.

Modernamente, dois critérios básicos têm sido utilizados para identificar os grandes cismas que dividem a humanidade: o ideológico e, mais recentemente, o sócio-econômico.

O Conflito Ideológico — De acordo com o critério ideológico é comum ouvir-se que o mundo está dividido entre Ocidente e Oriente, e polarizado, respec-

tivamente, em torno dos Estados Unidos da América, de um lado, e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de outro.

Se a existência das superpotências polarizadoras é indiscutível, a divisão geográfica pretendida nos parece mais simbólica que real, em vista das considerações que se seguem.

Em primeiro lugar, ao contrário do que seria lícito esperar, há povos perfeitamente identificados com os EUA no Oriente, como o Japão, e fiéis seguidores do Sistema Soviético no Ocidente, de que é exemplo Cuba. Além disso, a grande maioria dos Estados, no Oriente e no Ocidente, não se definiu ideologicamente de forma definitiva, não integrando, portanto, efetivamente, quaisquer dos dois blocos.

Conseqüentemente, seria mais apropriado dizer-se que a oposição se faz entre os sistemas democrático, liderado pelos EUA, e comunista, sob a regência da URSS. Isto não significa, entretanto, que todo o universo não esteja envolvido no conflito, como veremos a seguir. Assim sendo, para analisar objetivamente o problema, como poderíamos definir geográfica e ideologicamente os grupos oponentes?

O Mundo Democrático é, antes de tudo, uma associação de fato entre Estados, por força de afinidades que são consequência de objetivos e formas de vida semelhantes. Ele se constitui de países desenvolvidos, ricos, de economia predominantemente capitalista, de sistemas políticos verdadeiramente democráticos e organização social baseada na liberdade individual. Depende, para sua sobrevivência, do livre comércio e da manutenção da atual ordem econômica mundial, compondo-se, basicamente, dos países da América do Norte e Europa,